

Mais vale um austero na mão que um consumista avoado

por Manuel Abranches de Soveral

Há mais de quatro anos, antes das últimas eleições legislativas, publiquei um artigo intitulado "[O buraco da agulha](#)", onde, além de prever a eleição do governo de Passos Coelho com maioria absoluta, elencava alguns dos principais problemas com que se iria debater, face a um país em bancarrota e com uma Constituição socialista anacrónica que não lhe permitiria nem executar o seu programa partidário nem, sobretudo, tomar as medidas estruturais necessárias para tirar Portugal do caminho do abismo a que o tinham conduzido os sucessivos governos pós 25 de Abril e em especial os de Sócrates.

Contra todas as expectativas, conseguiu Passos Coelho fazer passar o camelo pelo buraco da agulha? É evidente que não! Mantêm-se os principais problemas estruturais da insustentabilidade e maldade do Estado português; a economia nacional continua pouco competitiva e produtiva; grande parte dos entraves burocráticos subsiste; nada de substancial mudou na justiça; continuamos a pagar demais pela educação pública que temos; o sistema nacional de saúde, apesar de grandes avanços operacionais, muito visíveis por exemplo no preço dos medicamentos, continua basicamente uma solução cara e obsoleta; e o Estado (incluindo a administração local), apesar de pequenos ajustes, persiste o mesmo monstro dispendioso, kafkiano, cujo único intento parece ser o de atazanar a vida às pessoas que querem fazer alguma coisa.

Tudo isto, é claro, à custa de uma brutal carga fiscal, asfixiante, que sobretudo incide sobre aqueles que verdadeiramente podem tirar o país do buraco em que ainda se encontra.

Mas o facto de o governo não ter conseguido fazer o impossível, que eu próprio à partida já tinha definido como tal, não quer dizer que não tenha tido sucesso, na medida em que fez quase tudo o que lhe era possível.

Como este meu texto não se destina a imbecis, abstenho-me de enumerar as etapas cruciais que Passos Coelho foi conseguindo ultrapassar ao longo destes difícilimos quatro anos, contra os mais sombrios vaticínios de fracasso. O processo foi conturbado, nem tudo correu da melhor maneira, mas o que importa são os resultados finais globais: é sobre eles que em democracia os políticos devem ser julgados em eleições.

Há quatro anos, após uma governação desastrosa de que António Costa foi o nº 2, os socialistas foram julgados em eleições. Ao governo de Passos Coelho foi dada uma maioria absoluta para resolver a insolvência em que Sócrates deixara o país. Quatro anos volvidos, pode dizer-se que Passos Coelho, contra todas as expectativas da oposição e opinião publicada, cumpriu o essencial do seu mandato.

Não está, nem podia estar, tudo feito nem resolvido, longe disso. É por isso, justamente, que se impõe que Passos Coelho continue o seu trabalho, e não regressem ao poder os responsáveis pela catástrofe, que não parecem ter aprendido a lição, bem pelo contrário.

E que trabalho é esse, o de Passos Coelho? O governo já apresentou o seu programa eleitoral e até, junto dos parceiros europeus, o programa nacional para os próximos anos. Mas, pelo menos até agora, fala pouco de promessas e de medidas concretas para o futuro.

O que numa eleição menos importa são as medidas concretas e pontuais que propõem os partidos. Pela dupla razão de que são pontuais e só o futuro dirá se são exequíveis; e porque os políticos são useiros e vezeiros em prometer e não cumprir. Para o eleitor, o que verdadeiramente importa saber são as linhas mestras do pensamento político e estratégico dos partidos, compaginadas com a realidade nacional e internacional.

Interessaram pouco as promessas eleitorais do Hollande, em França, ou do Syriza, na Grécia. A realidade caiu sobre elas como um banho escocês, e o resultado está à vista de todos os que tenham ao menos um pingão de honestidade intelectual, pelo que não carecem de mais explicações.

Numa eleição deste tipo, sobretudo com o nosso sistema partidário, verdadeiramente importante é perceber se os candidatos a primeiro-ministro têm provas dadas de capacidade governativa, bem como extrapolar para o futuro aquilo que fizeram no passado. É completa estultícia pensar que Passos Coelho ou António Costa, por qualquer milagre de transmutação, vão no futuro deixar de ser eles próprios e fazer muito diferente do que fizeram no passado.

É evidente que as pessoas inteligentes aprendem com os erros, pelo que não os costumam cometer duas vezes. E o tirocínio num cargo dá uma experiência que nos habilita a desempenhá-lo melhor numa segunda vez. Por outro lado, a realidade envolvente muda, pelo que muito do que se foi obrigado a fazer no passado, a contra-gosto e face às circunstâncias, podendo não se ir fazer no futuro. Contudo, o essencial do seu pensamento, da sua política, da sua ideologia, do seu carácter e das suas capacidades estratégicas e de liderança, tudo isso se irá manter e aprimorar.

Num mundo em constante e vertiginosa mudança, em que nada é certo e cada medida, nomeadamente na área económica, tem metade dos especialistas a dizer que vai funcionar e a outra metade a dizer que não vai, é muito perigoso, para não dizer estúpido, um putativo primeiro-ministro comprometer-se à partida, como fez António Costa, com medidas económicas muito técnicas e pontuais, além do mais experimentalistas, cujo resultado, em boa verdade, ninguém pode garantir. Hoje em dia, a boa governação, sobretudo em países na corda-bamba como o nosso, é seguir trilhos experimentados, com resultados garantidos, e ainda assim com constante monitorização, caso necessitem de ajustes maiores ou menores.

Por isso mesmo os políticos não devem prometer medidas concretas, sobretudo experimentalistas, que provavelmente não vão poder cumprir. O importante é propor objectivos e estratégias para os atingir. Sabendo que neste mundo globalizado, sendo nós um país com soberania partilhada, sem moeda própria e com obrigações contratuais muito rígidas, importa muito mais a credibilidade e a capacidade negocial do que o *bulling* e o *wishful thinking*. O caso grego foi a última e insofismável prova disso mesmo.

Ora, o que Passos Coelho conseguiu nestes quatro anos foi angariar credibilidade internacional e demonstrar capacidade negocial e estratégia política para levar o barco ao melhor porto possível.

É evidente que, nas grandes linhas, quer Passos Coelho quer António Costa são obrigados a realizar a mesma política, pelas razões sobejamente conhecidas. Mas o problema é o *timing* e a credibilidade. Também Tsipras acabou por fazer o que era necessário. Mas os seis meses que demorou a perceber essa necessidade levou o seu país a pagar um preço elevadíssimo.

Há, por outro lado, os sinais que internamente um e outro darão. Os socialistas em particular e a esquerda em geral, aqui e alhures, inventaram para a política a palavra austeridade e nela centraram o essencial das suas críticas aos governos e partidos ditos de direita. É curioso, porém, que nos países europeus onde existem verdadeiros partidos de direita, estes também são contra a dita austeridade.

Mas o que é, afinal, a austeridade? Como sintetiza o dicionário da Academia das Ciências, a palavra tem várias acepções, dando àquela que se relaciona com a economia o seguinte significado: *contenção feita nos gastos*.

Trata-se, portanto, de uma questão de *marketing*, matéria em que em geral a esquerda é boa e a direita muito má. Como não parecia muito razoável organizar uma campanha contra a contenção nos gastos, sobretudo num país na bancarrota, sujeito a uma intervenção da *troika* e obrigado a essa mesma contenção por um acordo feito pela mesmíssima esquerda, inventaram a palavra austeridade que, significando o mesmo, tinha a vantagem de ter outras conotações negativas, ainda que indevidas.

Que solução propõe a esquerda, nomeadamente o PS, em vez da tal austeridade (contenção feita nos gastos)? Obviamente, uma não contenção nos gastos, que é justamente o que sempre fizeram e nos conduziu à bancarrota. Esta fé nas virtualidades do capitalismo, segundo a qual mais gastos conduzem a um bom crescimento da economia, ainda se pode perceber no Partido Socialista, nascido na 2ª metade do séc. XX, em plena expansão desse modelo económico baseado no consumismo. Mas já se podia estranhar no PC, não fosse a certeza de que os actuais comunistas de coerentes já só têm a fama.

Em suma, a esquerda em geral e o PS em particular têm como ideia central da sua política o consumismo! Segundo o mesmo dicionário, consumista é *a pessoa que consome bens exageradamente ou que é favorável a essa prática*. E o consumismo foi, de facto, o grande motor da economia ocidental do pós-guerra, alavancando depois

crescimentos selvagens em certo terceiro mundo, promovendo a globalização e no processo destruindo a sustentabilidade ecológica do próprio planeta.

Mas esse modelo económico-financeiro está esgotado e as chamadas crises que atravessamos não são mais do que o seu estertor. Este regresso ao passado que os socialistas propõem aos portugueses espelha bem o deserto de ideias que grassa nas suas hostes.

No PSD e no CDS as ideias também não são muitas. Mas Passos Coelho, ao menos, contra muitos barões do seu próprio partido, não só deu conta do recado como certamente aprendeu muito para um próximo mandato. Enquanto o PS não deixar o século XX e entrar definitivamente num novo paradigma, não podem o PSD e o CDS aspirar a mudar a actual Constituição, retrógrada, prolixa, datada e absolutamente inadequada para os novos tempos e circunstâncias. Entretanto, por isso, nenhuma mudança de fundo se fará, e os eleitos continuarão a governar à vista. Coisa difícilíssima, que requer timoneiro de carácter e mão firme, como o austero Passos Coelho demonstrou ser e o avoadado consumista António Costa seguramente não é.

Esperemos, pois, que os indecisos portugueses transformem o empate técnico que as sondagens anunciam - como em Maio aconteceu na Grã-Bretanha com Cameron, igualmente um austero em funções - numa maioria absoluta para Passos Coelho.

18 de Agosto de 2015